

AS FAVELAS DO LADO DO OLIMPO: MAPEAMENTO COLABORATIVO NA DISPUTA SIMBÓLICA PELO RIO DE 2016

Flávia Neves Maia

Estudante de Doutorado em Urbanismo, PROURB, FAU, UFRJ.

Programa de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro

flavianevesmaia@gmail.com

Ayara Mendo Pérez

Estudante de Doutorado em Urbanismo, IPPUR, UFRJ.

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

ayara.mendo@gmail.com

Amanda Alves Ramos

Estudante de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAU, UFRJ.

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro

amanda.nacarath@gmail.com

1. Introdução

A candidatura e vitória do Rio para sediar os jogos olímpicos inauguram nova fase de ressignificação simbólica da cidade. No contexto de realização de megaeventos é acentuada a valorização da imagem urbana e sua promoção internacional, estratégias típicas da competição entre cidades por recursos financeiros no plano global, engendrada pela globalização. No Rio, o “jogo” de ocultar as favelas da paisagem urbana e, ao mesmo tempo, dar visibilidade a intervenções recentes sobre estes territórios, especialmente as de urbanização e “pacificação”, é episódio expressivo desta fase. Apresenta-se, aqui, uma crítica a esta estratégia e sugere-se que no mapeamento digital colaborativo de favelas há potencial de contestação a ela.

Desde pelo menos 2007, quando o Rio postulou sua candidatura à sede olímpica, mapas, vídeos e fotos que invisibilizam favelas e seus conflitos socioespaciais são acionados para transmitir a ideia de que "somos um Rio"¹: uma cidade integrada e de projetos consensuais. Esta construção simbólica favorece a atração de investimentos externos e é, também, usada na tentativa de assegurar certa coesão social interna.

Entretanto, como foi tornado evidente nas “jornadas de junho”² de 2013 contra o aumento, esta imagem não corresponde à realidade de uma multiplicidade de grupos sociais. Grupos menos favorecidos, como os moradores de favelas, em condições de risco e vulnerabilidade socioambiental ampliada, com acesso precário à renda, à moradia e aos serviços urbanos, bem como à representação política, e em tensão permanente com a cidade formal, habitam uma “paragem” ainda mais distante da paisagem do Rio olímpico.

Partindo dos pressupostos, porém, que “as produções simbólicas tem a propriedade de construir uma realidade” (Aguiar; Bacelar, 2014, p.6), e que essa construção deve ser coletiva, argumenta-se aqui a favor da ampliação de esforços para dar visibilidade a estes territórios e seus grupos, como contribuição para ampliação de seu “direito à cidade” (Lefebvre, 1968). Sugere-se que este esforço pode se apoiar nas suas próprias representações socioespaciais, por meio, por exemplo, de mapeamento digital colaborativo.

¹ *Slogan* da campanha de 2012 de Eduardo Paes de candidatura à Prefeitura da cidade do Rio.

² A série de protestos no Brasil, disparada pelo aumento do valor das passagens de ônibus em junho de 2013 e que, no seu desenrolar, acabou por abranger diversas outras demandas sociais, ficou conhecida como “jornadas de junho”.

1. Favelas invisíveis do urbanismo “do Olimpo”: lateralização social imposta

Desde a candidatura do Rio às Olimpíadas, iniciativas diversas têm sido empreendidas pelo poder público no sentido de invisibilizar alguns aspectos das favelas e, ao mesmo tempo, visibilizar outros. É possível perceber que a invisibilização tem sido feita tanto fisicamente, por meio de remoções ou construção de barreiras, quanto virtualmente, por meio de edição de fotos, vídeos e mapas. Já a visibilização tem consistido em destacar a “domesticação” do território e seus moradores, por meio de discursos sobre uma suposta “refundação da cidade”³ e a operação de um “milagre social”⁴ que acompanham as ações de urbanização e “pacificação”.

Segundo Fortuna e Silva (2002), a construção de uma imagem urbana competitiva em escala planetária exige a seleção de alguns “ingredientes” socioculturais em imagens e discursos, o que acaba por lateralizar outros. A *lateralização social* ou “estética do desaparecimento” (Virilio apud Fortuna e Silva, 2002) de alguns grupos, ao contrário de traduzir a unidade ou a síntese que pretendem, estipula fragmentações e fronteiras sociais, políticas, espaciais e mesmo estéticas. (Fortuna e Silva, 2002).

Um breve resgate histórico de tais ações no Rio contribui para realçar traços de *lateralização social imposta* à população das favelas pela construção insidiosa da imagem olímpica.

2007. Rio se candidata a sede dos jogos olímpicos de 2016.

2008. É instalada a primeira UPP – Morro Santa Marta, Botafogo. Têm início as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Alemão, maior investimento público já injetado no complexo de favelas. O programa inclui projetos para moradia, teleférico, infraestrutura urbanística e espaços comunitários.⁵ Das 18 mil ações governamentais do PAC até a data, as obras do Complexo do Alemão são consideradas *as mais simbólicas e visíveis*.⁶

³ Expressão usada pelo prefeito Eduardo Paes, após ocupação militar do Complexo do Alemão. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/eduardo-paesquase-uma-refundacao-dessa-cidade-2918694>. [Consult. 11 de novembro de 2014].

⁴ Expressão da presidente Dilma, em inauguração do teleférico do Alemão. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/o-teleferico-do-alemao-e-um-simbolo-do-pac-diz-presidenta-dilma/> [Consult. 11 de novembro de 2014].

⁵ Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/informacaopublica/exibeconteudo?article-id=1036873> [Consult. 11 de novembro de 2014].

⁶ Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/avanco-e-abandono-coexistem-na-obra-que-fez-de-dilma-mae-do-pac/n1597580058896.html>. [Consult. 11 de novembro de 2014].

2009. Copacabana, Barra da Tijuca, Deodoro e Maracanã: praias, estádios, vilas esportivas, locais de disputas. No vídeo que promove o Rio ao COI, os morros são ora ocultos pelo ângulo da câmera de filmagem, ora ofuscados pela luminosidade do sol. Não há favelas no Rio.⁷ A cidade é escolhida como sede dos jogos de 2016.

2010. Complexo da Maré: é construída barreira acústica e visual ao longo das vias expressas de ligação do aeroporto Internacional do Galeão ao Centro, Zona Sul e Barra da Tijuca. Complexo do Alemão: as Forças Armadas, em conjunto com as polícias civil e militar, soldados, helicópteros, tanques e artilharia de guerra ocupam o complexo, no que seria descrita como a maior mobilização para entrada em favelas por parte do governo do Estado do Rio de Janeiro até então. O prefeito Eduardo Paes declara que o evento representa quase uma *refundação da cidade*.

2011. Notícias sobre remoções forçadas em favelas para a realização de obras da Copa e das Olimpíadas ganham projeção midiática.⁸ É inaugurado o teleférico do Alemão e a presidente Dilma o chama de “*símbolo do PAC*” e um “*milagre social*”.⁹

2012. As favelas com UPP (38 das 1.071 identificadas no Censo 2010)¹⁰, que até esta data não constavam nos mapas cadastrais municipais oficiais, são incorporadas pelo Instituto Pereira Passos (IPP) à base corporativa de logradouros da Prefeitura.¹¹ As demais favelas permanecem vazios cartográficos urbanos.

2013. A pedido da Prefeitura do Rio, a palavra “favela” é excluída de boa parte do Google Maps e algumas comunidades somem do mapa virtual da cidade.¹²

2014. IPP lança o Mapa Rápido Participativo (MRP) de equipamentos urbanos e estabelecimentos comerciais em favelas, alimentado por técnicos-pesquisadores do órgão a partir de entrevistas com moradores.

O jogo de ocultar e revelar favelas, ao associar o discurso das *ausências* anteriores ao acontecimento esportivo ao discurso da *presença* do Estado e do legado olímpico positivo, contribui para legitimar intervenções urbanas de grande escala, celeridade, com pouca ou nenhuma discussão popular e massiva mobilização de recursos financeiros nestes territórios.

⁷ Disponível em: <http://blogdojuca.uol.com.br/2009/04/viva-nao-tem-mais-favelas-no-rio/>. [Consult. 11 de novembro de 2014].

⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/08/remocao-de-familias-para-obras-da-copa-e-das-olimpiadas-gera-polemica.html>. [Consult. 11 de novembro de 2014].

⁹ Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/o-teleférico-do-alemao-e-um-simbolo-do-pac-diz-presidenta-dilma/> [Consult. 11 de novembro de 2014].

¹⁰ Disponível em: <http://www.upprj.com/>. [Consult. 11 de novembro de 2014].

¹¹ Disponível em: < <http://bit.ly/1xJ6Zjv> > [Consult. 11 de novembro de 2014].

¹² Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,favelas-desaparecem-de-busca-no-google-maps,1018537> >. [Consult. 11 de novembro de 2014].

São exemplos deste tipo de intervenção as UPPs e os teleféricos, apresentados pelo poder público como soluções para segurança e mobilidade urbana, coincidentemente, pontos fracos da cidade segundo avaliação do Comitê Olímpico Internacional.

Estas intervenções, entretanto, nem sempre têm correspondido às expectativas dos grupos sociais supostamente favorecidos por elas. Ilustrativo disto é o fato de que moradores da Rocinha e do Alemão movem ação no Ministério Público do Estado contra o governo do Rio e as demais entidades envolvidas nos projetos dos teleféricos. Segundo eles, não foi atendida a exigência de participação popular prevista no Estatuto da Cidade (2001), tendo as assembleias participativas se limitado à apresentação do projeto e coleta de assinaturas e fotos para envio ao Ministério das Cidades, sem possibilidade de deliberação pelos moradores.¹³

A debilidade do processo participativo ocorre, em parte, por conta da mencionada estratégia de *lateralização social* acentuada no contexto olímpico. Mas quem decide o que vai ser ou não lateralizado?

No Rio, os ingredientes que devem compor sua imagem têm sido selecionados por atores econômicos e políticos que empreendem o projeto da cidade olímpica, cujo discurso tem grande projeção nacional e internacional, com apoio de especialistas em comunicação social, publicidade, marketing e psicologia social. (Sánchez et al., 2014).

Por meio desta seleção, estes atores constroem uma “visão central” da cidade que coloca “de lado”¹⁴, por meio de estratégias opressivas que a globalização e a promoção transnacional das imagens podem gerar, determinados grupos sociais. (Fortuna e Silva, 2002)

Ao se apropriar do direito que deveria ser coletivo de atribuir sentido à vida urbana, estes mesmos atores conseguem, por meio de sua apropriação, empreender seu projeto olímpico e suprimir projetos alternativos menos relevantes aos seus interesses.

No campo das políticas, planos e projetos urbanos, isto configura o que será chamado aqui de urbanismo “do Olimpo”, entendido como um urbanismo para uma “cidade de exceção” (Vainer, 2011), no qual “as regras [que regem o funcionamento e a vida da

¹³ “Os moradores reclamam, criticam e oferecem opiniões, porém nada é ouvido, só é feito o que o governo quer. Até porque a empresa responsável pelo [trabalho] social do PAC, que deveria acolher as decisões dos moradores é contratada pela concessionária das obras e fica claro que ela não pode ir contra quem ela é subordinada [o poder público]. É uma falsa participação dos moradores nas reuniões, que eles coletam assinaturas e fotos e enviam ao Ministério das Cidades, como se as populações das comunidades estivessem de acordo com o que eles propuseram. O teleférico não é prioridade para as comunidades.” Fonte: Jornal do Brasil. Cláudia Freitas. Disponível: em <jb.com.br>. Acesso em novembro de 2014.

¹⁴ Substituímos a expressão “ao lado” de Fortuna e Silva, por “de lado”, pois acreditamos que traduz com maior precisão, no português do Brasil, a ideia dos autores portugueses de *lateralizar* como *marginalizar*, *colocar à parte*. Esperamos não ter, com isso, causado prejuízo ao sentido original.

cidade] são estabelecidas por interesses casuísticos, que beneficiam apenas certas e poucas pessoas”.¹⁵

Dizemos ser um urbanismo “do Olimpo” tanto porque é um modelo de Urbanismo supostamente justificado pelas demandas das Olimpíadas, quanto porque tem envolvido, dentre outros aspectos, (1) a propagação de uma imagem de Olimpo, paraíso onde reina a paz e a felicidade, e não há espaço para as precariedades e conflitos das favelas; e (2) a inobservância de leis e a recorrente violação de direitos humanos da população favelada por parte dos representantes políticos. Estes podem ser metaforicamente comparados aos deuses gregos do Olimpo que, com poderes superiores, do alto de sua morada, regem o destino dos cidadãos comuns da pólis de acordo com seus ímpetos.

2. Favelas visíveis: “lateralização social” deliberada

Entretanto, para diversos autores como Fortuna e Silva e bell hooks, estar à margem das representações oficiais ou “viver ao lado da cultura hegemônica” pode ser para numerosos grupos sociais “uma condição de reavaliação de si e do próprio mundo”. “Estar naquela margem que representa *scarto*, distância produtiva, pode revelar-se uma forma criativa de emancipação cultural e política.” (Fortuna e Silva, 2002, p.467)

A emancipação pode acontecer nas situações em que grupos se põem assumidamente, ou seja, por meio de escolhas conscientes e politizadas, à margem de decisões hegemônicas, em uma estratégia de *lateralização social deliberada*. Nesta margem, conseguem atuar com maior liberdade e criatividade para gerar soluções mais condizentes com suas condições de vida.

Acreditamos que há hoje em favelas cariocas um embrião de estratégias de *lateralização social deliberada* em relação ao urbanismo do Olimpo, o mapeamento colaborativo digital, conforme abordaremos a seguir.

2.1 Mapeamento Colaborativo Digital

O mapeamento colaborativo digital é um tipo de cartografia social, ou seja, uma representação cartográfica realizada pelos próprios ocupantes ou usuários de um espaço, a

¹⁵ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/o-brasil-esta-vivendo-um-estado-de-excecao-diz-urbanista> [Consult. 11 de novembro de 2014].

partir de informações que dispõem a seu respeito. Ele pressupõe a existência de um mapa base disponível on-line (em um site ou aplicativo da web 2.0) que pode receber colaborações de usuários. Tem se tornado comum mapas temáticos relativos, por exemplo, a: (a) registros de infraestrutura ou edifícios existentes como vias, cursos de água, pontos de interesse turístico, educacional, comercial, etc; (b) denúncia de problemas urbanos como bueiros entupidos, buracos em ruas e calçadas, lixo acumulado, focos de violência ou roubo, etc. (c) expressão imaterial: afetos, medos, sons na cidade, etc.

No Rio de Janeiro, há cerca de cinco anos, e mais intensamente no último ano, mapas colaborativos digitais de favelas têm sido criados com fins diversos. Um levantamento preliminar destas iniciativas (tabela 1) aponta para concepções diversas de sua utilização, com viéses predominantemente econômicos (itens 1, 4, 5 e 6), mas também culturais (3) ou de redução de risco e vulnerabilidade socioambiental (2).

Nenhuma delas ainda denota, porém, de forma suficientemente evidente, ações de insurgência contra imposições do urbanismo olímpico a partir da construção de uma cartografia que confronte as representações oficiais, como sugerimos aqui. Queremos, com este texto, argumentar em favor da pertinência deste direcionamento, e para isso nos apoiamos, em um primeiro esforço teórico, nas formulações de *lateralização* e *zonas de intermediação* de Fortuna e Silva.



Plataforma	Origem	Objetivo declarado	Conteúdo	Agentes			
				Quem criou?	Parcerias	Quem mapeia?	Quem financia?
1. Wikimapia	2009	Mapear pontos de interesse público, eventos, problemas, soluções locais e ruas ainda não identificadas nos mapas virtuais	Ruas, locais, eventos, problemas	Programa Rede Jovem	Instituto GEOeduc	Jovens moradores	Instituto GEOeduc, Oi Futuro
2. Mapeamento Digital de Riscos Socioambientais Guiado pela Juventude	2012	Mobilizar jovens para o reconhecimento de seus territórios e para o engajamento na construção de propostas criativas	Problemas com esgoto, acúmulo de lixo, risco de desabamento, impedimento à circulação de pessoas, pontos de convivência, impedimento aos pontos de apoio em caso de emergência	UNICEF	CEDAPS	Jovens moradores	Prudential Foundation, Itau Social, American Airlines e MSC
3. Guia Cultural de Favelas	2012	Buscar e construir itinerários, além de elaborar roteiros e fornecer informações sobre pontos culturais e de criação artística	Artesanato, carnaval, centro cultural, cultura digital, dança, fotografia, moda, museu, música, ponto de encontro, teatro	Observatório de Favelas do RJ	Secretaria de Estado de Cultura, Light, Anel e Banco Interamericano de Desenvolvimento	Jovens moradores	Poder público e iniciativa privada
4. Tá no mapa	2013	Mapear e dar visibilidade às favelas que não aparecem no mapa oficial. Divulgação do comércio local como oportunidade de ampliação de negócios	Sede Afroreggae, associação de moradores, bares e restaurantes, cabeleireiro, escola, farmácia, gas, locadora, mercado, ONGs, padaria, papelaria, pet shop, serralheria	Grupo Cultural Afroreggae	Google e JWT	Moradores treinados pelo Google	Google, JWT e Fillet
5. Mapa Rápido Participativo	2014	Mapear equipamentos urbanos e estabelecimentos nas comunidades com UPP	Associações comunitárias, espaço de assistência social, de cultura, de saúde, de lazer, escolas, igrejas, academia, restaurante, comércio, estabelecimento bancário, farmácia, oficinas	Moradores do Complexo de Mangueiras	IPP, Imagem, Microsoft	Equipes de campo do Rio+Social	Instituto Pereira Passos
6. Carteiro Amigo	2000	Entregar correspondências nos becos e vielas que, pela falta de um endereçamento oficial, não são atendidos pelos Correios. Mapeamento através da geração de sequências de algoritmos, de elementos construídos em becos e vielas.	Casas, ruas, vielas, becos e estabelecimentos comerciais	Moradores da Rocinha		Funcionários da empresa Carteiro Amigo	Moradores das comunidades que pagam pelo serviço

3. Entre o Invisível e o Visível: Zonas de Intermediação

Sugerimos que, no contexto olímpico, em que intervenções urbanas são fortemente pautadas na realidade construída por meio de imagens, o mapeamento colaborativo poderia ser direcionado para construção de representações socioespaciais alternativas às oficiais, no intuito de confrontar suas imposições urbanísticas.

Por exemplo, a produção de diagnósticos territoriais “à margem” ou “ao lado” do processo oficial de urbanização, ou seja, não intermediada por técnicos especialistas nos limites das salas dos fóruns e assembleias populares, mas de forma direta por moradores munidos de celulares e conhecimentos empíricos, dispersos no seu território, seria uma estratégia de *lateralização social deliberada* com potencial para tal.

Na disputa a respeito da implantação dos teleféricos, por exemplo, a criação colaborativa de mapas de fluxos de pessoas e mercadorias poderia ser útil. Há aplicativos através dos quais, por meio de ativação do GPS de celulares, enquanto se caminha ou pedala são gerados dados geográficos e de velocidade do percurso. Estes registros poderiam contribuir para gerar mapas com padrão de viagens e vetores hierarquizados de origem e destino, dentre outras variáveis que compõem um diagnóstico de mobilidade urbana. Esta representação poderia ser confrontada com aquela que ajuda a justificar a priorização de investimento em uma estrutura de mobilidade de alto custo de implantação e operação, como o teleférico, em detrimento de investimento em modais que permeiam melhor o território e, por isso, continuam a ser mais utilizados, como *vans* e moto-táxis; ou mesmo em demandas mais urgentes, como a de saneamento.

É importante ressaltar, entretanto, que a definição do conteúdo do mapeamento não poderia partir de fora da comunidade, sendo este exemplo, portanto, meramente ilustrativo. A escolha deliberada e consciente de se “lateralizar”, bem como decisões acerca do produto da “lateralização”, é condição essencial para que a ação tenha potencial criativo e insurgente.

Deste ponto de vista, a iniciativa recente do MRP do IPP (item 5 da planilha anterior) já nasce frágil, visto que se encontra programada previamente pelo corpo técnico do órgão (é permitido, até o momento, apenas o mapeamento de equipamentos públicos e estabelecimentos de comércio e serviço) e que conta com técnicos como mapeadores. Ou seja, não são os moradores que mapeiam, nem são eles quem ditam o que querem mapear.

Posto isto, a sugestão que oferecemos para a configuração de um mapeamento colaborativo “insurgente” em relação ao o mapeamento e o urbanismo oficial, se apoia, em parte, na noção teórica de *zona de intermediação – espaço social de proximidade relacional* de Fortuna e Silva.

Segundo os autores, teorias contemporâneas têm apontado para dificuldade de encaixar as práticas humanas, heterogêneas e complexas, nas categorias duais típicas do modernismo. Uma alternativa para o estudo destas práticas seria, então, criar categorias compósitas ou híbridas, ou passar a pensar nas zonas de intermediação entre categorias. Eles propõem que uma destas zonas são os espaços sociais de proximidade relacional, que intermedia os espaços sociais privados e públicos¹⁶ convencionais.

Os *espaços sociais de proximidade relacional*, a que os autores também se referem como *comunidades de relação*, desafiam polarizações tradicionais entre espaços sociais públicos - de livre acesso e sociabilidade ou comunicabilidade irrestrita; e privados - das relações domésticas e familiares limitadas. São onde se dão, por exemplo, as relações de vizinhança, amizade e trabalho. Segundo os autores, “um dos traços salientes destas espacializações é servirem de campo de *retradução de sentido* das mensagens culturais, imagens ou textos, oriundos de campos culturais ou políticos amplos e mesmo opostos e, ao mesmo tempo, permitirem a criatividade cultural e relacional dos indivíduos.” (Fortuna e Silva, 2002; p.463).

As comunidades de relação traduzem a possibilidade de reagrupamento cultural e social dos sujeitos segundo condições socioculturais da vida atual e costumam guardar, potencialmente, imaginação criativa e mesmo transgressiva neste movimento de “retradução de sentido” de mensagens culturais advindas de campos diversos, ou de “visões de mundo” centrais. (Fortuna e Silva, 2002)

A nosso ver, novas comunidades de relação se configuram no contexto olímpico, destacadamente nas favelas submetidas à urbanização e pacificação. Conforme explicam os autores, quando há “alterações inesperadas na lógica de funcionalidade material dos espaços e dos respectivos significados simbólicos”, como tem se visto nas intervenções nas favelas cariocas, a tendência é de que os espaços sociais de proximidade relacional se fortaleçam. A proximidade dos atores sociais se dá em função da surpresa e da sensação de insegurança pelo desfecho incerto das transformações espaciais, ainda mais quando há pouca transparência na

¹⁶ Os autores referem-se a espaços sociais públicos e privados não apenas como espaços físicos, mas também modalidades de relacionamento social, como expressões artísticas ou formas de comunicação e ação política que se desenrolam em contextos e modos de ordenamento social específicos. (Fortuna e Silva, 2002).

disseminação de informações, como é o caso do Rio. No desenrolar de incertezas, Fortuna e Silva sugerem que as pessoas são impelidas a reconstituir “novas referências e códigos interpretativos que contextualizem e deem sentido à sua identidade e ação”, ou seja, buscam “formular um *novo sentido de lugar*” e “*re-situar a personalidade*”. (Fortuna e Silva, 2002, grifo nosso).

Acreditamos que a retradução de mensagens culturais, a reformulação do sentido de lugar, e o re-situamento da personalidade das comunidades faveladas no contexto olímpico, passam pelo redesenho de suas representações socioespaciais, o que inclui as representações cartográficas.

Em consonância com Fortuna e Silva, para quem a participação cívica “fomentada por grupos de proximidade relacional parece ser um capital de reserva que pode reintroduzir alguma qualidade de vida social e cultural nas cidades” (Fortuna e Silva, 2002; p. 464), sustentamos, então, que é pertinente que um “redesenho” cartográfico seja levado a cabo pelos grupos sociais lateralizados, organizados em comunidades de relação.

5. Considerações Finais

Se o discurso do legado olímpico contribui para legitimar intervenções urbanas muitas vezes de grande violência física e simbólica (Bordieu) contra moradores, como tem demonstrado a implantação das UPPs e dos teleféricos nas favelas cariocas, discursos alternativos podem contribuir para abalar esta legitimação e refrear tal violência. Estes discursos podem ter um apoio no campo das representações socioespaciais - um campo de disputas que tem seu papel na definição de planos e projetos urbanos.

Por isso, no contexto olímpico, considera-se válido incorporar às disputas simbólicas a construção de representações cartográficas que revelem o que o projeto olímpico, com os planos e projetos ditos participativos de urbanização que o acompanham, possam ter ocultado.

Para sustentar esta proposta, um caminho é ensaiar formulações teóricas que possam dar conta da nova prática, que parece estar na fronteira entre o formal e o informal, o legal e o ilegal, o oficial e o extraoficial, ou ainda, o legítimo e ilegítimo. Uma alternativa seria pensar em termos de zonas de intermediação social e cultural entre público e privado, central e periférico, global e local, como proposto por Fortuna e Silva. Neste caso de estudo,

poderia se pensar em zonas de intermediação entre a lateralização imposta pelo Estado, “polo formal”, e a lateralização deliberada de determinados grupos sociais, “polo informal”, que, à margem da lei, bem ou mal constroem seu projeto de cidade.

A emergência na última década de ativismos urbanos em que atores sociais tem se mostrado capazes de organizar intervenções nas cidades apoiados em mecanismos digitais, independentes do envolvimento do Estado e de especialistas¹⁷, dão pistas de que não cabe mais pensar nesta polarização simples entre o poder público, com seus mecanismos formais de produção urbana, e população, com seus mecanismos informais. Deve-se pensar nas formas de participação “híbridas”¹⁸, que emergem nas zonas de intermediação.

Uma forma de participação híbrida poderia se dar através do mapeamento colaborativo digital, suscitando importantes questões. Quando moradores se apropriam de instrumentos de representações cartográficas, que até então eram monopólio quase exclusivo de técnicos do Estado ou de empresas, como passam a se comportar as fronteiras entre *políticos, empresários e cidadãos*? Ainda, considerando que estes moradores passem a colaborar para um projeto de urbanização não apenas apresentando suas demandas em discussões programadas pelos urbanistas, mas oferecendo insumos diretos para o desenvolvimento do mesmo, como mapas de diagnósticos, por exemplo, quais as transformações nas fronteiras de atuação entre *técnicos especialistas e cidadãos*?

Essencialmente, que intenções políticas e que conhecimentos há, nas favelas, entre a participação absorvida pelo Estado em fóruns ou assembleias populares e a participação informal dos moradores na construção de seu fragmento de cidade que escapa aos mecanismos convencionais de participação? Estas intenções e conhecimentos poderiam ser, em parte, melhor captados por mecanismos novos de apoio à mobilização cidadã?

O que há além do *discurso hegemônico da ausência* de infraestrutura, ordem, leis, moral e, no extremo, da própria favela (!) proferido com ressonância a partir do “monte Olimpo”? Há, certamente - como coloca Acselrad em um de seus estudos¹⁹ - um *fluxo de murmúrios* (De Certeau) por toda a pólis: “um enorme resto feito de sistemas culturais

¹⁷ Em trabalho anterior referimo-nos a este fenômeno como “Crowdurbanismo”, um “Urbanismo” praticado por cidadãos comuns apoiados em um mecanismo da web 2.0, o *crowdsourcing*, por meio da mobilização digital de recursos – conhecimento, dinheiro ou mão-de-obra. (Maia, 2013)

¹⁸ “A metáfora da hibridação e da contaminação, cujas origens remontam à biologia do século XIX (Young, 1994), tem subjacente o princípio da mobilidade dos atores e da permissividade das fronteiras, bem como da fragilidade das classificações.” (Fortuna e Silva, 2002, p.447).

¹⁹ Referimo-nos aqui ao estudo de Acselrad (s.d) a respeito das dificuldades metodológicas da “cartografia ambientalizada”, uma das ferramentas do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) de territórios. Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ACSELRAD_Henri_-_Sobre_os_usos_sociais_da_cartografia.pdf. [Consult. 21 de novembro de 2014].

múltiplos e fluidos, situados entre o planejamento e a verdadeira maneira de se utilizar o espaço”. (Acsehrad, s.d; p.4).

Acreditamos que os mapas, como representações, não são neutros: não traduzem o espaço apenas por meio dos elementos geográficos e urbanísticos que o compõem, mas também envolvem conhecimentos associados ao uso deste espaço, assim como da intenção social e política que guia este uso. (Acsehrad, s.d.) Ao ecoar murmúrios dissonantes de “cidadãos-empresários-políticos-técnicos”²⁰, mapas colaborativos poderiam evidenciar estes conhecimentos e intenções, e se mostrar instrumentos de apoio à insurgência cidadã na disputa simbólica pela construção de uma cidade *olímpica*, e também *política*²¹.

Referências Bibliográficas

- Acsehrad, H. s.d. *Sobre os usos sociais da cartografia*. Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ACSELRAD_Henri_-_Sobre_os_usos_sociais_da_cartografia.pdf. [Consult. 21 de novembro de 2014].
- Afroreggae 2013. *Tá no Mapa* [Em linha]. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.tanomapa.org/> [Consult. 21 de novembro de 2014].
- Aguiar, M. Bacellar, I. 2013. *Diálogos na disputa simbólica pelo espaço urbano carioca*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/ST/ST-EPC-007-2-AGUIAR.BACELLAR.pdf> [Consult. 21 de novembro de 2014].
- Blog do Planalto 2011. *O teleférico do Alemão é um símbolo do PAC, diz presidenta Dilma*. [Em linha]. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/o-teleferico-do-alemao-e-um-simbolo-do-pac-diz-presidenta-dilma/> [Consult. 11 de novembro de 2014].
- Bourdieu, P. 1989. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel.

²⁰ Achamos apropriado falar em “cidadãos-empresários-políticos-técnicos” para reforçar a possível reformulação do papel do cidadão, cuja ação em zonas de intermediação se acentua, como defendemos.

²¹ Entendemos os adjetivos “olímpica” e “política” em diversas acepções – *olímpico*, como (1) do Olimpo (2) referente às olimpíadas e (3) de aspecto grandioso, sublime; e *política* como (1) princípios ou opiniões referentes ao Estado, ao poder e (2) o que emana da pólis.

Consentino 2013. A invisibilização da pobreza e dos pobres no Rio Olímpico. Disponível em: <https://comitepopulario.wordpress.com/tag/renato-cosentino/> [Consult. 21 de novembro de 2014].

Fortuna, C. Silva, A. 2002. *A cidade do lado da cultura: Espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural*. São Paulo, Cortez.

Galhardo 2012. *Avanço e abandono coexistem na obra que fez de Dilma 'mãe do PAC'*. [Em linha]. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/avanco-e-abandono-coexistem-na-obra-que-fez-de-dilma-mae-do-pac/n1597580058896.html>. [Consult. 11 de novembro de 2014].

Globonews 2010. *Eduardo Paes: 'Quase uma refundação dessa cidade'*. [Em linha]. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/eduardo-paesquase-uma-refundacao-dessa-cidade-2918694>>. [Consult. 11 de novembro de 2014].

Governo do Rio de Janeiro 2014. *Informação Pública PAC Comunidade Complexo Do Alemão – Urbanização*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/informacaopublica/exibeconteudo?article-id=1036873> [Consult. 11 de novembro de 2014].

Grupo Carteiro Amigo 2014 [Em linha]. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.carteiroamigo.com.br/> [Consult. 21 de novembro de 2014].

<http://pcrj.maps.arcgis.com/> [Consult. 21 de novembro de 2014].

HUBERMAN 2011. *“O Brasil está vivendo um estado de exceção”, diz urbanista*. [Em linha]. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/o-brasil-esta-vivendo-um-estado-de-excecao-diz-urbanista> [Consult. 11 de novembro de 2014].

IPP 2012. Mapeamento de Logradouros e Gestão Territorial em Favelas do Rio de Janeiro. Latin America Geospatial Forum 2012: Land Administration. [Em linha] . Disponível em: < <http://bit.ly/1xJ6Zjv>> [Consult. 11 de novembro de 2014].

IPP 2014. *Mapa Rápido Participativo* [Em linha]. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/OnePane/basicviewer/index.html?appid=64b54cbc5a76401d977f14ecc863fa31>. [Consult. 11 de novembro de 2014].

KFOURI 2009. *Viva! Não tem mais favelas no Rio!!!* [Em linha]. Disponível em: <http://blogdojuca.uol.com.br/2009/04/viva-nao-tem-mais-favelas-no-rio/>. [Consult. 11 de novembro de 2014].

LAURIANO 2011. *Remoção de famílias para obras da Copa e das Olimpíadas gera polêmica*. [Em linha]. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de>

janeiro/noticia/2011/08/remocao-de-familias-para-obras-da-copa-e-das-olimpiadas-gera-polemica.html. Consult. 11 de novembro de 2014].

Lefebvre, H. 2001. *O direito à cidade*. São Paulo, Centauro.

Maia, F. 2013. *Crowdurbanismo: potencialidades e limitações da mobilização digital para intervenção urbana*. Rio de Janeiro, PROURB – FAU - UFRJ.

Observatório das Favelas 2013. *Guia Cultural de Favelas* [Em linha]. Rio de Janeiro.

Disponível em: <http://guiaculturaldefavelas.org.br/> [Consult. 21 de novembro de 2014].

Programa Rede Jovem 2011. *Wikimapa* [Em linha]. Rio de Janeiro. Disponível em:

<http://wikimapa.org.br/> [Consult. 21 de novembro de 2014].

Sánchez, F; Guterman, B; Santos, R. *Projetos em disputa no espaço público: a cena urbana dos megaeventos*. Disponível em: CD Anais Enanparq 2014.

STURM 2013. *Favelas desaparecem de busca no Google Maps*. [Em linha]

Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,favelas-desaparecem-de-busca-no-google-maps,1018537>>. [Consult. 11 de novembro de 2014].

UNICEF 2012. *Mapeamento Digital de Riscos Socioambientais Guiado pela Juventude*. [Em linha]. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://rio.unicef-gis.org/> [Consult. 21 de novembro de 2014].

UPP RJ 2014. *Unidade de Polícia Pacificadora, Governo do Rio de Janeiro*.

Disponível em: <http://www.upprj.com/>>. [Consult. 11 de novembro de 2014].

Vainer, C. 2011. *Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro*. [Em linha].

Disponível em:

<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2874> [Consult. 21 de novembro de 2014].